

Arqueólogos do Contemporâneo: O Campo do Jornalista-autor de Livros-reportagens¹

Alexandre Zarate MACIEL²
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Resumo

O trabalho do jornalista-autor de livros-reportagens está situado em um campo específico do jornalismo devido às suas especificidades mais autorais. Ainda que compartilhem elementos da cultura profissional dos colegas que trabalham em redações hierarquizadas, esses profissionais contam com um prazo mais dilatado para realizar entrevistas; pesquisar material documental; trabalhar o texto final e mesmo para buscar angulações diferenciadas das lupas do factual ou dos valores-notícia. Exemplos de “apresentações” e “agradecimentos” no corpo do texto de livros-reportagens, ou seja, pistas dos discursos dos próprios autores sobre os seus métodos ajudam a caracterizá-los como membros de um grupo que comunga os valores universais do jornalismo, mas com características peculiares de autonomia e autoria.

Palavras-chave: Jornalismo impresso; livro-reportagem; rotinas produtivas; jornalista-autor.

Campo ímpar: marcas da autonomia do repórter no livro-reportagem

No processo de produção de um livro-reportagem o profissional jornalista logo percebe que está inserido em uma nova lógica de rotinas produtivas que pouco tem a ver com o trabalho em uma redação. Teoricamente dispõe de muito mais tempo para fazer suas entrevistas; trabalhar com a checagem dos dados e efetuar angulações da realidade social não tão amarradas às convenções mercadológicas do factual e dos valores-notícia para agradar a um público consumidor de um veículo diário de informação.

Se aproveitar essas novas condições para refletir a respeito da importância do seu trabalho, é capaz de chegar a temas pouco abordados, coletar depoimentos significativos e narrar a contemporaneidade com mais acuidade. Isso porque irá observar o cotidiano de uma perspectiva menos afetada por convenções tradicionais da profissão, como os limites do espaço e do tempo para a produção da sua grande reportagem.

¹ Trabalho apresentado no DT 1- Jornalismo, GP Jornalismo Impresso, do XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz (MA). Atualmente cursa doutorado no programa de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com bolsa pró-doutoral da Capes. E-mail: alexandremaciel2@gmail.com.

Para afirmação no mercado, o jornalista, segundo Bordieu (1997, p.103), enfrenta alguns princípios de legitimação, sendo um deles o “reconhecimento pelos pares”, prêmio para os profissionais que “reconhecem mais completamente os ‘valores’ ou princípios internos”, ou seja, a linha editorial. E o “reconhecimento pela maioria”, este “materializado no número de receitas, de leitores (...), sendo a sanção do plebiscito inseparavelmente um veredicto de mercado” (BORDIEU, 1997, p.103).

Bordieu está analisando, particularmente, a rotina do jornalismo televisivo, mas suas impressões críticas costumam ser estendidas para a profissão como um todo. Transpondo essas reflexões para o campo específico do jornalista produtor de livros-reportagens, pode-se afirmar que o reconhecimento pelos pares se dá por mecanismos de outra natureza. O jornalista-autor não está mais inserido em uma rotina produtiva diária, seguindo linhas editoriais específicas e pressões comerciais da concorrência que afetam diretamente o seu trabalho. Nem por isso encontra um cenário de total liberdade autoral.

A quase totalidade dos autores de livros-reportagem de sucesso no Brasil é proveniente, ou ainda atua, em órgãos midiáticos de referência, notadamente os impressos. Esse vínculo, com certeza, auxilia na aproximação com o mundo editorial e, em outra instância, com os seus potenciais leitores. Estes já reconheceriam, de antemão, as capacidades desses profissionais, o que despertaria uma relação de confiança antes mesmo deles se aventurarem a enfrentar o calhamaço de páginas de um livro-reportagem.

A “grife” de nomes como Ruy Castro e Fernando Morais ou mesmo Caco Barcelos, reconhecido no mundo da televisão e que se aventurou no campo dos livros em duas obras elogiadas, “Rota 66” e “Abusado”, serve quase como uma chancela prévia de qualidade, mas também de poder comercial para os seus editores. E é nesse sentido, e não uma necessária subordinação às hierarquias ou lógicas político-editoriais que pode ser entendido o “reconhecimento pelos pares” no caso do livro-reportagem.

Mas a necessidade do “reconhecimento pela maioria” parece bem mais presente quando o jornalista passa a atuar no campo mais individualizado e autoral do livro-reportagem. Estes autores podem não seguir mais o plebiscito aprisionador da chancela do público via vendagem de jornais e revistas. Mas, se não escolherem personagens interessantes e de certa projeção (Olga, Assis Chateaubriant, Paulo Coelho, no caso de Morais e Garrincha, Nelson Rodrigues e Carmem Miranda, biografados por Ruy Castro), enfrentarão dificuldades de inserção em um mercado que também apresenta as suas sanções: o de editores de livros.

Assim, é de grande valia para a pesquisa em jornalismo entender, a partir da perspectiva dos próprios autores de livros-reportagens, como eles assimilam ou enfrentam os efeitos diferenciados de campo (menos pressão pelo “furo”; lógica minimizada de velocidade de produção e concorrência) que caracterizam esse tipo de produção jornalística. Neste artigo, o discurso dos autores expresso em pré ou pós textuais de suas próprias obras (prefácios, agradecimentos, cartas ao leitor) é utilizado como exemplo para apontar pistas sobre o seu *ethos*, ou seja, o modo de ser e estar desses profissionais no jornalismo.

Jornalistas-autores: em busca de autonomia e liberdade autoral

No entanto, Bordieu (1997, p.111) detectou um tipo de profissional do ramo que pode se enquadrar no perfil do autor de livros-reportagens: seriam “produtores culturais situados em um lugar incerto” entre o campo jornalístico e os campos especializados (literários ou filosóficos). Os “intelectuais-jornalistas” utilizariam “seu duplo vínculo para esquivar às exigências específicas dos dois universos e para introduzir em cada um deles poderes mais ou menos bem adquiridos no outro” (BORDIEU, 1997, p.111).

Essa definição de Bordieu encaixa-se com perfeição no universo dos jornalistas autores de livros-reportagens. Na história do jornalismo brasileiro foi marcante, desde o século XIX, até meados do século XX, a presença ativa de escritores nas redações, como José de Alencar, Machado de Assis, Nelson Rodrigues e Graciliano Ramos. O trabalho nos jornais para esses autores garantia, ao mesmo tempo, uma melhora no soldo no fim do mês, mas, principalmente, uma forma de dar mais visibilidade ao seu nome em um mercado de letras sempre tortuoso em um país com a marca do analfabetismo e raro gosto pela leitura. No entanto, a partir dos anos 1950, a influência do jornalismo norte-americano com as receitas da pirâmide invertida, concisão textual, eliminação de adjetivos e excessos linguísticos e implementação do seu maior símbolo, o *lead*, ajudaram a reconfigurar tanto o estilo dos jornais quanto a consolidar a imagem de um novo profissional: não mais o escritor, o literato, mas o repórter.

Vidal e Souza (2010, p.49) aponta que esta transição do jornalismo mais aproximado com a literatura para um território mais objetivo e com as normas utópicas da “imparcialidade” e da “objetividade” se deu de forma turbulenta e irregular naquele período, porém a “construção social da profissão de jornalista” seguiu um rumo irreversível. Esse novo adestramento para uma feição mais “moderna (informativa mais que

opinativa; jornalística mais que literária)” foi auxiliado pela expansão dos cursos universitários de formação, os manuais de redação e os critérios de seleção dos jornais (VIDAL E SOUZA, 2010, p 49). Desde então, ser conhecido pelos pares como jornalista passou a envolver, sobretudo, um critério essencial, apontado por Vidal e Souza (2010, p.28): “A categoria ‘objetividade’ surge então como característica da identidade jornalística no que se refere a um modo de narrar distinto da tradição literária em transformação”.

Portanto, ser jornalista de redação cada vez mais se tornou sinônimo de adestramento a uma rotina veloz; cumprimento de muitas pautas em pouco tempo e espaço para publicação; de olhar atento para os fatos singulares do cotidiano, enquadrados em lógicas específicas de “valor” (proximidade, notoriedade, conflito, entre outras) e enquadramentos de linguagem em padrões de clareza e objetividade. Ao ingressar no universo dos livros-reportagens, os jornalistas autores tentam minimizar esses efeitos do campo e posicionam-se, mais, como arqueólogos do contemporâneo. Esses “jornalistas-intelectuais” ou, como prefiro chamar, jornalistas-autores, procuram lançar um olhar mais contextualizado e menos fragmentado sobre a realidade para tentar narrar-costurar os fatos cotidianos com as linhas narrativas mais consistentes da visão contextualizada do real.

Tratando do livro-reportagem, Lima (2009, p.4) acredita que este produto preenche os “vazios deixados pelo jornal, pela revista, pelas emissoras de rádio, pelos noticiários de televisão, até mesmo pela internet”. Esse gênero contribuiria para o “aprofundamento do conhecimento do nosso tempo, eliminando, parcialmente que seja, o aspecto efêmero da mensagem da atualidade praticada pelos canais de comunicação jornalísticos” (LIMA, 2009, p.4). Assim, segundo Lima (2009, p.11), o livro-reportagem seria um “subsistema híbrido”, ligado aos sistemas de jornalismo e ao de editoração. Em sua tese, a pioneira em termos de estudos a respeito do assunto no Brasil, há certo tom de enaltecimento ao formato de reportagem em livro, mas Lima está correto ao classificar a postura diferenciada dos jornalistas que com ele se envolvem.

Na definição de Catalão (2010, p.128), o livro-reportagem seria um gênero de discurso produzido em forma de reportagem e difundido nesse formato, por um “repórter-autor”, que assume o “trabalho de planejamento, coleta e elaboração das informações”. Estas, por sua vez, serão transmitidas a um público leitor “potencialmente numeroso, difuso, heterogêneo e não-especializado” (CATALÃO, 2010, p.128). Trata-se, na sua visão, de uma situação particular de comunicação, já que nasce das “ideias, indagações, descobertas, interesses e valores de um autor específico” (CATALÃO, 2010, p.118). Essa

definição também parece se encaixar com a função desviante do “jornalista-intelectual”, mas não se pode esquecer que, mesmo não estando inserido no processo produtivo coletivo e hierarquizado, o jornalista autor de livros-reportagens terá que se adequar a outros tantos ditames do universo editorial.

Embora possa parecer, esse trabalho não é tão solitário assim. Tomemos por exemplo a produção da biografia em três volumes, “Getúlio”, de Lira Neto. No pós-fácio da primeira edição, intitulado “Este livro”, o jornalista afirma que “uma biografia como esta é, essencialmente, uma obra coletiva” (NETO, 2012, p.530). Ele agradece, em seguida, a “cooperação e o trabalho árduo de pesquisadores e colegas jornalistas”, que teriam auxiliado na descoberta de novas fontes e tido “paciência quase beneditina de remexer em papéis empoeirados e nos fundos dos arquivos” (NETO, 2012, p.530). O autor cita, nominalmente, todos os que o auxiliaram.

No pós-fácio, Lira Neto agradece à editora Companhia das Letras por ter aceitado o desafio de que a obra fosse repartida em três volumes, o que envolve uma logística muito maior de publicidade para cada edição, lançada uma a cada ano. E dá pistas sobre o aporte financeiro para a empreitada: “a editora cuidou para que eu usufrísse condições objetivas para me dedicar a esse trabalho em regime de dedicação exclusiva” (NETO, 2012, p.529). Ele conta que a produtora RT Features adquiriu previamente os direitos de adaptação para a TV e cinema de “uma obra que, até aquele momento, existia apenas na minha intenção e no meu compromisso com o projeto anunciado” (NETO, 2012, p.529).

O sonho da autonomia do jornalista em seu campo parece menos utópico quando se estuda as rotinas produtivas do livro-reportagem e o capital simbólico adquirido pelos seus jornalistas autores. Na filosofia, Dewey (2004, p. 155) já comparava que, “da mesma forma que uma indústria dirigida por engenheiros sobre uma base tecnológica real”, seria bastante diferente do que a constituída atualmente, “a construção e informação de notícias” também teria configurações distintas “se se deixasse que atuassem livremente os autênticos interesses dos repórteres”. Ora, esse é justamente um dos principais fatores motivadores para os jornalistas-autores dedicarem-se a investigar temas e personagens e narrá-los de forma mais ampla e contextualizada.

Para Tuchman (1983, p. 229), antropóloga que mergulhou nas redações norte-americanas para entender o comportamento em grupo dos jornalistas norte-americanos, em um cenário de mídia democrático, “os profissionais da informação teriam que questionar as premissas mesmas da rede de notícias e suas próprias práticas de rotina”. Junto ao seu

público, deveriam, ainda, “reconhecer as limitações inerentes às formas narrativas que estão associadas com a trama da faticidade” (TUCHMAN, 1983, p.229). Entender, portanto, o seu trabalho como indicativo e reflexivo, já que os jornalistas estão inseridos no próprio mundo da vida que ajudam a construir simbolicamente. A autora acabou encontrando, a partir de pesquisa nas redações, possibilidades de grande flexibilidade, ainda que sutis, o que legitima a teoria da autonomia do jornalista, mesmo pressionado pelo poder das tipificações e estereótipos que contaminam a narrativa da realidade.

Nos agradecimentos do livro “Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo”, o jornalista Mário Magalhães (2012, p.584) explica que sua intenção era a de “contar uma vida fascinante sem as amarras de tempo e espaço, característica das emergências de uma redação de jornal”. E logo mais adiante deixa clara a emoção de lidar com outras formas de produção jornalística que só o livro permite: “Para um repórter, poucos desafios equivalem a descobrir e narrar a epopéia de quem quase sempre se viu obrigado a pelejar nas sombras”. Dá pistas, ainda, sobre o arco de tempo mais estendido, menos factual, que o autor de livros-reportagens trabalha: “Marighella me permitiu mergulhar em quatro décadas conturbadas do Brasil e do mundo do século XX” (MAGALHÃES, 2012, p.584).

Tateando e explorando o campo diferencial

Na hipótese de Lima (2009, p.34), certos profissionais jornalistas optam pelo gênero livro-reportagem, pois querem dizer algo com profundidade e não encontram “espaço para fazê-lo no seu âmbito regular de trabalho, na imprensa cotidiana”. O pesquisador também acredita que esses jornalistas procuram “utilizar todo o seu potencial de construtores de narrativas da realidade” e lançariam mão, com esse objetivo, de “numerosas possibilidades de tratamento sensível e inteligente do texto, enriquecendo-o com recursos provenientes não só do jornalismo, mas também da literatura e do cinema” (LIMA, 2009, p.34).

Não advogo a tese um tanto maniqueísta, no entanto, de que o profissional jornalista tem toda a sua criatividade cerceada nas redações de qualquer veículo pelas pressões políticas e editoriais, tornando-se um mero fantoche. Vários exemplos, sobretudo o de Caco Barcelos, na rede Globo, comprovam que o jornalista experiente vai alcançando uma marca autoral mesmo dentro de uma rede massacrante de produção diária de notícias. E nem concordo, por outro lado, que o jornalista que se afasta dessas rotinas ou busca arejar sua

atuação produzindo livros-reportagens encontre, como em uma transformação mágica, um território totalmente liberto.

A pressão do tempo, por exemplo, quando o autor lida com um volume imenso de entrevistados aos quais recorre geralmente mais de uma vez. O peso muito maior de um erro impresso em livro do que nos formatos eletrônicos e impressos diários. A ilusão do amplo espaço para escrever muitas páginas diante de um volume muito maior de informações em mãos. A necessidade de tecer um texto atraente, que não afaste o leitor diante do calhamaço à sua frente. Sem falar na sombra das sanções judiciais e as pressões comerciais na escolha de temas “mais vendáveis” por parte do mercado editorial.

Todos esses fatores, angústias comuns entre os autores de livros, também marcam e problematizam a produção mais autônoma de reportagens em formato de obras e os jornalistas-autores costumam compartilhar, de certa forma, essa angústia, ao falar a respeito do seu trabalho. Ao analisar como eles abordam essas temáticas, desenha-se a possibilidade de entendê-los como um grupo que comunga dos valores seculares do jornalismo e tentam utilizá-los em outro campo, com suas vantagens e intempéries.

Os jornalistas biógrafos, por exemplo, enfrentaram por vários anos problemas judiciais para realizar o seu trabalho devido a um artigo do Código Civil que condiciona a liberação de obras dessa natureza à prévia autorização dos herdeiros dos biografados. Uma espécie de “censura” que foi considerada inconstitucional pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em julgamento recente.

No auge da polêmica, em 2013, durante um debate na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, o jornalista e biógrafo Ruy Castro leu publicamente um documento denominado “Manifesto dos intelectuais brasileiros contra a censura às biografias”, organizado pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros e assinado por 48 intelectuais e que demonstra bem o que os autores pensam a respeito do seu ofício. O texto exalta o gênero literário biografia como de importante papel para “a construção da nossa ideia de nação, imortalizando personagens e ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos e tradições nacionais”. Os signatários consideram a proibição das biografias não autorizadas “censura privada” e a legislação sobre o tema “entulho autoritário” (ARAÚJO, 2014, p. 429 e 430).

As análises de Bordieu sobre o jornalismo, geralmente marcadas por um tom irônico e ferinamente crítico, não deixam de ser arejadas por uma certa esperança de libertação do campo do seu ranço ideológico de reproduzidor de um *status quo* capitalista. Assim, para Bordieu (1997, p.117), “desvelar as restrições ocultas impostas aos jornalistas e que eles

impõe por sua vez sobre todos os produtores culturais não é (...) denunciar responsáveis, apontar culpados”. Seria, na verdade, a tentativa de oferecer a esses profissionais a possibilidade de “se libertar, pela tomada de consciência, da influência desses mecanismos e propor, talvez, o programa de uma ação combinada entre os artistas, os escritores, os cientistas e os jornalistas” (BORDIEU, 1997, p.117).

Mais do que em uma produção de uma notícia, limitada pela pressão das rotinas produtivas, a elaboração de um texto de grande reportagem para se transformar em livro costuma proporcionar ao jornalista-autor uma visão bem mais plural das realidades com as quais está entrando em contato. No entanto, se ele não adota como premissas a proposta da humanização e este olhar de fusão de horizontes com o outro, de nada valem as vantagens do modo de produção de uma obra deste tipo. O profissional já partirá a campo com uma história traçada, preconceitos realçados e com a predisposição a ajustar a realidade a um princípio esquemático e limitador. Mesmo em textos enormes e elaborados com paciência, como no caso dos livros-reportagens.

Lima (2009, p.62) pondera que, na elaboração do livro-reportagem, os vários elementos da prática jornalística “atingem um patamar próprio, diferenciado de operação”. Assim, o livro-reportagem, na sua opinião e de outros autores, é um dos gêneros da prática jornalística, “dadas as suas especificidades (...) a função aparente que exerce (...), os elementos operativos que se utiliza e com o modo como combina as regras que determinam as relações desses elementos” (LIMA, 2009, p.62).

O autor frisa os benefícios da dilatação no tempo para a captação das informações; fazer e refazer entrevistas e consultar documentos e mesmo para escrever o texto de um livro-reportagem. A ausência aparente da periodicidade nesse gênero seria uma vantagem para os jornalistas que adentram nesse novo ritmo de produção. Ao escolher os seus temas e as formas de abordá-los, em tese sem tantas pressões, os autores de livros-reportagem fariam uma opção pelo contemporâneo em vez do factual.

Esse processo, mesmo dilatado, não afasta o jornalista-autor de uma série de angústias, pois está pisando em outros territórios, como o da história, por exemplo. No texto de agradecimento da biografia sobre Padre Cícero, o jornalista Lira Neto explica que começou a planejar o livro pelo menos dez anos antes de efetivamente escrevê-lo, juntando material, garimpando fontes, coletando informações esparsas. E Neto (2009, p.388) comunga com o leitor sua principal angústia: “O universo que envolve a história de Cícero

Romão Batista sempre me pareceu tão vasto – e ao mesmo tempo tão extraordinário – que por muitas vezes me perguntei se seria possível realmente abarcá-lo”.

Território de liberdades?

A partir da diferenciação que estabelece da prática do livro-reportagem com relação à da imprensa regular, Lima (2009) passa a apontar o que ele conceitua como “liberdades” que o autor dessas obras teria em relação às rotinas tradicionais. A primeira delas é a liberdade temática. Como não precisa se encaixar nas lógicas dos valores-notícias comuns, muito atrelada ao jornalismo factual, os autores de livros-reportagens podem superar as abordagens superficiais.

No texto de apresentação do livro “Olga”, o jornalista Fernando Morais deixa claro aos leitores suas dificuldades para recuperar essa figura histórica. Além de não haver praticamente nada sobre a personagem nos arquivos brasileiros, o autor surpreendeu-se ao descobrir que “até mesmo a historiografia oficial do movimento operário brasileiro, produzida por partidos ou pesquisadores marxistas, relegara invariavelmente a ela o papel subalterno de ‘mulher de Prestes’ - e nada mais do que isto” (MORAIS, 1993, p.10). Outro grande obstáculo era a disponibilidade de fontes orais vivas, as testemunhas reais da história. “Se estivesse viva, Olga teria hoje 77 anos - e como sua militância política se deu muito precocemente, a maioria dos personagens que conviveram com ela estavam mortos” (MORAIS, 1993, p.11).

Contando com o tempo como aliado, algo raro no jornalismo, Morais encontrou um tesouro na então ainda não dividida República Democrática Alemã: “Heroína nacional cujo nome batiza dezenas de escolas e fábricas, Olga teve sua memória carinhosamente preservada pelos comunistas de sua terra” (MORAIS, 1993, p.11). Em Milão, na Itália, descobriu que boa parte da memória do movimento operário e comunista brasileiro estava preservada em um arquivo local.

Em Washington, Estados Unidos, outra surpresa: “Para meu espanto, pude ver depositados (...) documentos internos do PC brasileiro desconhecidos aqui e que tinham sido misteriosamente baldeados para os Estados Unidos” (MORAIS, 1993, p.10). O jornalista somou todo esse material documental a entrevistas fundamentais com o ex-marido de Olga, Luís Carlos Prestes e com fontes septuagenárias que encontrou em outros países: “Como sua passagem pelo Brasil se tornara, para mim, a parte mais obscura da

investigação, pressionei os amigos de Olga em Berlim até a irritação com perguntas sobre cada momento de seus 17 meses no Rio de Janeiro” (MORAIS, 1993, p12). Esse testemunho do autor atesta o esforço de um jornalista para superar as perspectivas muitas vezes míopes de um jornalismo factual e apresentar uma leitura da contemporaneidade.

Outra liberdade, segundo Lima (2009, p.83), é a da angulação, ou seja, o “livro-reportagem é uma obra de autor”. Teoricamente o autor estaria “desvinculado, ao menos em tese”, de compromentimentos com o “nível grupal” e de “massa” e seu “único compromisso é com a sua própria cosmovisão e com o esforço de estabelecer uma ligação estimuladora com seu leitor” (LIMA, 2009, p.84). Acredito que seja temerosa sem uma pesquisa mais aprofundada, com os próprios autores de livros-reportagens, a afirmação de que esses estariam em tal grau livres de pressões ou mesmo compromissos comerciais. Em um mercado editorial competitivo como o brasileiro, o jornalista, investido na condição de “autor solitário”, precisa até mesmo enfrentar questões judiciais.

Quanto à liberdade de fontes, continua Lima, o escritor “pode fugir do estreito círculo das fontes legitimadas e abrir o leque para um coral de vozes variadas” (LIMA, 2009, p.84). A esta se articula a liberdade temporal. O jornalista escritor estaria “livre do rancor limitador da presentificação restrita” e poderia avançar, com mais paciência, “para o relato da contemporaneidade, resgatando informações do tempo algo mais distante do de hoje, mas que, todavia segue causando efeitos neste” (LIMA, 2009, p.85).

Em “Holocausto Brasileiro”, a jornalista Daniela Arbex procurou resgatar a história de personagens anônimos que teriam sofrido um verdadeiro “genocídio”, vítimas de múltiplos casos de maus-tratos ao longo do século XX, em um famoso hospício localizado em Barbacena (MG). Em dado momento da narrativa, ela comenta com os leitores: “Tragédias como a do Colônia nos colocam frente a frente com a intolerância social que continua a produzir massacres: Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Favela da Chatuba são apenas novos nomes para velhas formas de extermínio” (ARBEX, 2013, p.254).

Concordo com os benefícios óbvios do prazo mais dilatado para a pesquisa jornalística documental e oral, mas não acredito que seja determinante para que o jornalista que se aventura nessa seara não incorra em uma visão estereotipada do real. Mais espaço para discorrer suas interpretações e mais tempo para coletá-las e organizá-las não significa que o autor de determinada biografia, por exemplo, entenderá ou explicará com mais precisão e de forma multiangular, determinados aspectos contraditórios de uma personalidade ou fato histórico. Uma biografia pode contribuir, por exemplo, para detratar

de forma injusta a personalidade de determinada pessoa, apoiada em um discurso de meticulosa objetividade jornalística, pensado com calma.

Como não necessita girar em torno do factual, da busca obsessiva pelo acontecimento presente, o autor de livros-reportagens também gozaria, segundo Lima (2009, p.85), de uma “liberdade do eixo de abordagem”. Em suas palavras, esse profissional pode “vislumbrar um horizonte mais elevado penetrando na situação ou nas questões mais duradouras que compõem um terreno de linhas de força que determinam o acontecimento” (LIMA, 2009, p.85). Por fim, surge a liberdade de propósito, que, nas palavras de Lima (2009, p.85), “(...) permite que o livro ascenda aspirações para um alvo mais elevado do que a (...) reportagem comum em geral apresenta”.

Percebe-se, até pelo tom do texto do autor, um elogio desmedido ao suporte livro-reportagem. Como se o jornalista, ao dedicar-se a esse gênero, ingressasse em um território “mágico” de liberdades, livrando-se das pressões amargas da rotina profissional. Sustento a hipótese, alimentada por entrevistas já concedidas na mídia por autores de livros-reportagens, que o tempo para recolher tanto material documental e oral também é “opressor” no universo do livro-reportagem. E que a luta individual do jornalista-autor para ingressar no mercado editorial pode ser tão ferrenha quanto os sentimentos de “pressão” e “aprisionamento” das rotinas produtivas de uma redação.

Lupas mais críticas sobre o campo

Como teve a chance de analisar a produção brasileira mais consolidada, pois sua tese é posterior à de Lima, Catalão (2010) apresenta um teor bem mais crítico com relação ao tipo de produto que estava chegando às livrarias até então. Essa análise é bastante esclarecedora com relação à temática da construção social da realidade, pois permite perceber como os autores mencionados lidam com o processo de narração do real.

A primeira característica que chama a atenção de Catalão (2010) é a presença, nessas obras, do jornalista como autor individual. É o repórter que assume as iniciativas do projeto monotemático, além de ser apresentado “como o responsável por todo o trabalho de reportagem mediante o qual se elaborou o enunciado” (CATALÃO, 2010, p.232). Coloca-se, nessa maneira, em uma “posição dialógica diferenciada”, relacionando-se diretamente com o leitor. Mas, como não está vinculado a uma “subordinação funcional e econômica”, segundo Catalão, esse profissional precisa pautar um assunto que atraia o interesse do

público e compor textos “facilmente inteligíveis e potencialmente atraentes para o maior número de leitores possível” (CATALÃO, 2010, p.232).

Percebe-se na análise de Catalão certo desarme das supostas liberdades do discurso autoral proferido pelos próprios autores de livros-reportagens. É claro que as vantagens da autoria parecem estar muito mais presentes para um autor de livro-reportagem do que para um jornalista inserido nas lógicas produtivas de uma redação, mas a busca por leitores envolve escolhas, mesmo que subjetivas, dos temas a serem abordados. Ruy Castro já declarou à imprensa, por exemplo, que nunca biografaria uma personalidade por quem não nutrisse admiração, como Carlos Lacerda, por exemplo.

Chamou a atenção de Catalão (2010, p.235), a característica da onisciência. Ele critica o “tom de segurança e de certeza do autor”, já que raramente “se encontram dúvidas, indefinições ou inquietações, seja quanto aos acontecimentos relatados, às teses defendidas ou às informações que as sustentam e ao processo por meio do qual elas foram obtidas” (CATALÃO, 2010, p.235). Creio que esse talvez seja o principal ranço que os autores de livros-reportagens estejam transpondo de suas experiências de contato e interpretação do real desenvolvidas nas redações. É preciso que esses jornalistas aproveitem as reais vantagens do suporte para manifestarem menos o discurso das “certezas” e entenderem o formato livro como a possibilidade de práticas jornalísticas mais abertas à surpresa das forças contraditórias da realidade. Porque não provocar mais o leitor para a compreensão conjunta de um real tão complexo?

No capítulo 31 do livro “Abusado”, o repórter Caco Barcellos “entra” na narrativa para deixar claro ao leitor como foi o seu processo de aproximação com os traficantes do morro Santa Marta, no Rio de Janeiro. Particularmente do seu personagem principal, Marcinho V.P., chamado de Juliano na obra. O curioso é que o próprio traficante é que convocou Caco para uma conversa em seu esconderijo na favela, no período em que estava sendo procurado pela polícia, no final da década de 1990. Foi o início de uma série de contatos clandestinos que culminaram com a proposta de Márcio de que o jornalista escrevesse um livro sobre a sua vida, uma biografia.

No livro, Caco Barcellos revela a sua contrapartida para o personagem, propondo uma obra não sobre ele, mas a respeito da quadrilha inteira e do modo de operação do sistema de tráfico no morro em todos os seus detalhes. Diante do aceite, o repórter começou a perceber os limites que enfrentaria ao abordar um mundo de vida de “personagens forada-lei, condenados e foragidos da justiça. Era sem dúvida um desafio cheio de implicações

éticas, morais e legais” (BARCELLOS, 2003, p.459). Ou seja, o jornalista aceitou, com consciência, a incumbência de relatar – revendo os preconceitos pré-concebidos ou sensacionalistas – os acervos de conhecimento daqueles personagens, suas relações intersubjetivas e formas particulares de representação social.

Outro problema no tom das biografias brasileiras, segundo Vilas Boas, é o caráter da extraordinariedade. Ele acredita que não se pode esquecer do relato do “mundo das experiências comuns, que se movimentam entre o público e o privado”, escapando, assim, da “visão rasa (típica do jornalismo de noticiários) de que uma pessoa constrói sozinha o seu universo consagrado” (VILAS BOAS, 2006, p.111).

Alguns jornalistas brasileiros têm procurado descobrir esse véu da excepcionalidade, como Daniela Arbex, na obra já mencionada, ou Eliane Brum, que, em “O olho da rua”, reúne reportagens sobre os personagens de um asilo de idosos, uma merendeira à beira da morte, ou parteiras da Amazônia, por exemplo. Há por parte de Eliane Brum uma clara noção da transformação que o seu contato com as fontes causa na sua forma de ver o mundo. “(...) Só tem graça ser repórter quando nos entregamos à reportagem e deixamos que ela nos transforme. Se um dia eu voltar a mesma de uma viagem para o Amapá ou para a periferia de São Paulo, abandono a profissão” (BRUM, 2008, p. 39). A principal indicação é que os autores de livros-reportagens deveriam aproveitar as “liberdades” disponíveis e promover uma reflexão conjunta com o leitor sobre o processo de construção da realidade engendrado. Entender-se como parte do mundo da vida que ajudam a narrar.

Elementos para uma conclusão: um grupo a ser desvendado

Os jornalistas autores de livros-reportagens compõem uma categoria específica da profissão ainda pouco estudada no campo da comunicação. É muito difícil, por exemplo, aplicar técnicas de raízes etnográficas, como a da observação participante. Eles não trabalham em redações – marcadas pela lógica da hierarquia profissional e pressão do tempo das horas de fechamento – onde possam ser sistematicamente verificadas as suas práticas, como já foi feito com jornalistas de outros meios impressos.

Entender como os próprios autores de livros-reportagens descrevem suas atividades e refletem sobre os seus dilemas ajuda a delimitá-los como uma categoria específica, por hipótese desviante das formas hierarquizadas da produção tradicional do jornalismo. Seus modelos de mundo a respeito da prática profissional supostamente estão mais identificados

com a ideia do jornalista como autor, que propõem uma organização da narrativa da realidade de forma diferenciada. Menos marcada, portanto, pelos limites do factual e dos “óculos” dos valores-notícia e mais afeiçoada à interpretação dos temas da contemporaneidade.

Eles vivenciam experiências ímpares, durante anos de produção, em seu contato com documentos e personagens. Enfrentam dilemas éticos e editoriais também na organização de todo material em um conteúdo coeso e atraente: o livro. Nas entrevistas e palestras que costumam proferir, entretanto, é nítida a empolgação com que falam do seu trabalho e defendem o seu campo profissional.

Um olhar ainda preliminar sobre o campo dos autores de livros-reportagens indica que ele é composto por jornalistas experientes, com vivência de redação, como Ruy Castro, Fernando Morais, Caco Barcelos e Eliane Brum. Segundo relatos explicitados em prefácios de seus livros e entrevistas, eles já declararam preocupações com uma relação mais cuidadosa em termos éticos com os seus personagens, bem como com o tratamento mais paciente e crítico das informações coletadas e organizadas em formato de reportagem de muitas páginas. Entretanto, como não estão inseridos nas lógicas produtivas tradicionais das redações, esses autores costumam reivindicar certa liberdade autoral em seu discurso.

No caso dos autores de livros-reportagens é essencial entender como os saberes de reconhecimento, de procedimento e de narração (TRAQUINA, 2001), já bastante estudados com relação ao jornalismo tradicional, são invocados ou retransformados por esses profissionais. Como já expressaram em suas próprias obras ou em entrevistas midiáticas, os autores de livros-reportagens parecem estimular os valores do jornalismo como elemento essencial para a construção da memória e do conhecimento social. Eles também se demonstram apegados à ideia do livro-reportagem como um produto mais perene, complexo e aprofundado do que um jornal impresso.

Mesmo sem entrevistar esses jornalistas, já é possível perceber, nos prefácios, posfácios e apresentações de livros-reportagens, a “voz autoral” desse grupo de profissionais, como ficou claro em alguns exemplos aqui apresentados. Os jornalistas brasileiros que se lançam nesta empreitada ingressam em um universo editorial diferenciado. Apesar de mais libertos, em tese, para exercer um trabalho mais autoral, precisam lançar mão de saberes de reconhecimento e procedimento legitimados historicamente em sua categoria. Suas impressões ajudam a esclarecer como eles entendem

o complexo processo de interpretação do real contemporâneo e menos factual sobre o qual se debruçam.

Referências

- ARAÚJO, Paulo Cesar. **O réu e o rei**: minha história com Roberto Carlos, em detalhes. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**: genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- BARCELLOS, Caco. **Abusado** : O dono do morro Santa Marta. Rio de Janeiro: editora Record, 2003.
- BORDIEU, P. **Sobre a televisão**. São Paulo: Jorge Zahar, 1997.
- BRUM, Eliane. **O olho da rua**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2008.
- CATALÃO JR., Antônio Heriberto. **Jornalismo Best-seller**: o livro-reportagem no Brasil contemporâneo. 2010. 252f. Tese doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.
- DEWEY, John. **La opinión pública e sus problemas**. Madri: Edições Morata, 2004.
- LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: livro-reportagem como extensão do jornalismo. São Paulo: Editora Manole, 2009.
- MAGALHÃES, Mário. **Marighella**: O guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MORAIS, Fernando. **Olga**: a vida de Olga Benário Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NETO, Lira. **Getúlio**: 1882-1930- Dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2012
- NETO, Lira. **Padre Cícero**. Poder, fé e guerra no sertão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009
- SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: Porque as notícias são como são. Volumes 1 e 2. Florianópolis: Insular, 2005.
- TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1983.
- VIDAL E SOUZA, Candice. **Repórteres e reportagens no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- VILAS BOAS, S. L. **Metabiografia e Seis Tópicos Para Aperfeiçoamento do Jornalismo Biográfico**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - USP, 2006.